



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EDITAL PARA O OITAVO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NA SEGUNDA REGIÃO

O SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO

Faz público, para conhecimento dos interessados, que ficará aberta de 01 (um) de agosto a 14 (quatorze) de setembro de 2001, a inscrição preliminar para o VIII concurso público destinado ao provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de Primeira Instância, na Segunda Região (Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), de acordo com as normas contidas no Regulamento publicado no Diário da Justiça, Seção II.

No quadro de Juizes Federais Substitutos de Primeira Instância, na Segunda Região, estão vagos, nesta data, 36 cargos.

A inscrição preliminar será efetuada no horário de 12 às 16 horas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região Rua Acre, nº 80 - Centro / RJ, na Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, situada na Av. Rio Branco, nº 243 - Centro / RJ, na Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, situada na Rua São Francisco, nº 52, Cidade Alta - Vitória/ES, e nas primeiras varas federais sediadas no interior dos referidos Estados, nos seguintes endereços: Rua Cel. Gomes Machado, 73/75 - Centro - Niterói / RJ; Praça São Salvador, nº 62 - Centro - Campos dos Goitacazes / RJ; Avenida Hans Gaiser, nº 26 - Centro - Nova Friburgo / RJ; Rua Francisco Sá, nº 343 - Várzea - Teresópolis / RJ; Av. Koeller, nº 341 - Centro - Petrópolis / RJ; Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 18 - Centro - Itaboraí / RJ; Rua Salma Repani, nº 114 - Centro - Magé / RJ; Rua Ramiro Antunes, nº 411 - Bairro do Porto - São Pedro da Aldeia / RJ; Rua José Fulgêncio de Carvalho Netto, nº 38 - Aterrado - Volta Redonda / RJ; Rua Doutor Luiz da Rocha Miranda, 721 - Centro - Resende / RJ; Avenida Presidente Lincoln, nº 911 - Vilar dos Teles / São João de Meriti - RJ; Rua Coronel Carvalho - nº 465 - Centro / Angra dos Reis / RJ; Rua Platão Boechat, nº 264 - Presidente Costa e Silva - Itaperuna / RJ; Rua Barbosa de Andrade, nº 201 - Centro - Três Rios / RJ; Rua Hugo Zago Filho, nº 01 - Santo Antônio - Cachoeiro de Itapemirim / ES; Rua Barão dos Aymorés nº90 - Centro - São Mateus /ES.

A inscrição preliminar será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, que poderão ser fornecidos por cópia autenticada:

- A) Cédula de identidade;
- B) Declaração referente à conclusão do curso, certificado de colação de grau ou ainda, diploma de Bacharel em Direito;
- C) 2 (duas) fotos tamanho 3 x 4 coloridas e datadas com data recente, no máximo seis meses antes da abertura das inscrições;
- D) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, no valor de 100 UFIRs, efetuado através de DARF na Caixa Econômica ou Banco do Brasil, observadas as seguintes instruções para preenchimento:
 - Campo 01 - Nome do candidato e telefone;
 - Campo 02 - Data do pagamento;
 - Campo 03 - Número do CPF ou CGC;
 - Campo 04 - 3.762;
 - Campo 07 - Valor da receita (100 U F I R s) a pagar;
 - Campo 10 - Taxa de inscrição no 8º CPJFS (100 U F I R s)

- E) Procuração com poderes especiais para requerimento de inscrição, e para firmar a declaração a que se refere o parágrafo 1º do art. 6º, no caso de aquele não ser feito pessoalmente;

A inscrição definitiva será requerida à Comissão Organizadora, mediante formulário próprio e comprovação de que o candidato, na data da posse, atenderá os requisitos a que se refere o artigo 1º, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado em sessão pública, no Plenário do Tribunal, perante a Comissão Organizadora.

Os candidatos inscritos regularmente no concurso anterior e que não tenham retirado a documentação necessária para a presente inscrição deverão apresentar apenas o requerimento da inscrição acompanhado de duas fotografias, nos termos da letra C, e da prova de pagamento da taxa de inscrição, referida na letra D deste Edital.

O cartão de identificação será retirado pessoalmente pelo candidato preferencialmente no ato da inscrição. A não retirada do cartão até 48 horas antes da data designada para primeira prova implicará o cancelamento automático da inscrição.

A primeira prova escrita será realizada no dia 21 (vinte e um) de outubro de 2001 e os resultados serão divulgados no dia 03 (três) de dezembro de 2001.

A segunda prova escrita ocorrerá no dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2002 e os resultados serão divulgados no dia 14 (quatorze) de março de 2002. A prova oral será realizada de 06 (seis) a 24 (vinte e quatro) de maio de 2002 e o resultado de cada prova será divulgado no mesmo dia de sua realização.

Do dia 15 (quinze) de março até o dia 2 (dois) de abril de 2002, serão tomadas as providências constantes dos artigos 29 e 33 do Regulamento do Concurso.

A primeira prova escrita será realizada na Universidade Veiga de Almeida - Rua Ibituruna, nº 108 - Maracanã, no Rio de Janeiro. Havendo mudança de local ou de data, os candidatos receberão a comunicação até 48 horas antes, através de publicação no Diário Oficial da União.

A segunda prova escrita será realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro

As provas escritas serão iniciadas às 08 (oito) horas e terão a duração de 05 (cinco) horas. A entrada dos candidatos só será permitida até às 7h 30 min (sete horas e trinta minutos). Os candidatos deverão estar munidos do cartão de identificação e cédula de identidade.

Após o início das provas, nenhum candidato será admitido às mesmas. Igualmente, nenhum candidato poderá fazer as provas sem apresentação do cartão de identificação e da cédula de identidade.

Na prova oral, cada examinador e o candidato disporão do tempo comum de 30 (trinta) minutos para a arguição e a resposta sobre o ponto sorteado.

Os resultados de cada prova serão divulgados pela Comissão, em ato público, no 3º andar do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na Rua Acre nº 80, Rio de Janeiro, nos dias mencionados neste edital, às treze horas e trinta minutos. Os resultados das provas orais serão divulgados no mesmo dia de sua realização. O Presidente da Comissão Organizadora fará publicar os resultados dos aprovados no Diário da Justiça da União, Seção II.

O Programa do Concurso constitui o Anexo I deste Edital.

A homologação do resultado final do Concurso pelo Conselho de Administração ocorrerá no dia 06 de junho de 2002 e a data da posse 27 de junho de 2002.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2001.


PAULO FERREIRA BARATA
Presidente da Comissão Organizadora

ANEXO AO EDITAL DE ABERTURA DA INSCRIÇÃO PARA O VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NA SEGUNDA REGIÃO.

PROGRAMA DAS MATÉRIAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades.
2. Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais.
3. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais.
4. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias.
5. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo.
6. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos e suas modalidades. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.
7. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos políticos. Direitos sociais. Direitos difusos.
8. Ações constitucionais. *Habeas corpus*. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. *Habeas data*.
9. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
10. Os Estados-membros na Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados.
11. O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município.
12. Separação de Poderes: o sistema de freios e contra-pesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência.
13. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites.
14. Processo Legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias.
15. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional.
16. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.

17. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Previdência. Licitação. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas.
18. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. As Justiças especializadas.
19. Garantias, vedações e deveres dos magistrados. Funções essenciais à Justiça.
20. Princípios constitucionais processuais.
21. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de contas: competências e limites.
22. Sistema tributário nacional. Competências tributárias da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.
23. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Livre iniciativa e intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Defesa da concorrência.
24. Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.
25. Ordem social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Meio ambiente. Competências federativas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Direito Internacional Público: conceito, divisão, fontes, relações com o Direito Interno. Tratado: conceito, condições de validade, efeitos, ratificação, promulgação, publicação e registro. Regras de interpretação dos tratados. A autoridade do tratado em face da lei interna. O Tratado e a Constituição. Fim e suspensão dos tratados. A cláusula rebus sic stantibus. Costume: conceito, elementos, características, prova, obrigatoriedade, fim. Atos unilaterais: conceito, classificação e forma.
2. Pessoas internacionais: conceito e tipos. A personalidade e a capacidade no plano internacional. Estados: elementos constitutivos e classificação. Nascimento, reconhecimento, transformação e extinção dos Estados. Sucessão. Direitos e deveres fundamentais do Estado. Restrições aos direitos fundamentais do Estado. Intervenção. Responsabilidade do Estado. O Homem nas relações internacionais. Doutrinas sobre a personalidade internacional do homem. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.
3. Jurisdição do Estado. Imperium e dominium. Modos de aquisição e perda do domínio do Estado. Solo e subsolo. Rios. O alto-mar. Mar territorial. Zona contígua. Plataforma continental. Espaço aéreo e espaço exterior.
4. Agentes diplomáticos. Missão diplomática. Cônsules. As Convenções de Viena de 18 de abril de 1961 e de 24 de abril de 1963. Imunidades e privilégios.
5. Tratado do Mercado Comum Sul - Americano (MERCOSUL).

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito. Relação com outros ramos do Direito.
2. Conflitos de lei no espaço. A regra Locus Regit Actum. Conflitos de leis sobre bens.
3. Validade da sentença estrangeira no Direito Brasileiro. Limites à aplicação da lei estrangeira. Rogatórias.

4. Nacionalidade: aquisição, casos, prova. Perda e mudança da nacionalidade: casos, processo, efeitos. Naturalização: espécies, condições, processo, efeitos. Revogação e anulação. A Justiça Federal e o processo de naturalização. Competência.
5. Condição dos estrangeiros no Brasil. O "estatuto" dos estrangeiros. Direitos e deveres em geral. Condição das pessoas jurídicas estrangeiras.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1. Finanças públicas, Receita e despesa públicas (Lei n. 4.320/64), Orçamento. Crédito público. Princípios orçamentários, execução controle e fiscalização do orçamento. Gestão financeira. Fiscalização do Tribunal de Contas, Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar, 10 1/2000). Pagamento pela Fazenda Pública. Incentivos Fiscais.
2. Sistema Financeiro Nacional, Conselho Monetário Nacional. Comissão de Valores Mobiliários. Bolsa de Valores, Controle de legalidade do Sistema Financeiro Nacional.
3. Direito Tributário. Fontes do Direito tributário. Sistema Tributário Nacional. Constituição Federal e Código Tributário Nacional.
4. Competência tributária. Repartição de competência tributária (discriminação de rendas). Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios constitucionais tributários).
5. Tributos. Conceito, classificação e espécies de tributos. Tributo, preço público e tarifa. Funções fiscal, parafiscal e extrafiscal do tributo.
6. Legislação tributária. Leis, medidas provisórias, tratados, convenções internacionais e decretos. Delegação no campo tributário. Normas complementares da legislação tributária. Noções sobre a reforma tributária.
7. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da Legislação tributária.
8. Obrigação tributária. Conceito, espécies e elementos. Fato gerador. Sujeitos da obrigação tributária. Sucessão tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Solidariedade e seus efeitos. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores e substitutos tributários e de terceiros na relação tributária.
9. Crédito tributário. Constituição do crédito tributário. Tipos de lançamentos. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Pagamento indevido e compensação. Exclusão do crédito tributário. Imunidade. Garantias e privilégios do crédito tributário. Correção monetária do crédito tributário.
10. Administração tributária. Fiscalização e Dívida ativa. Certidões negativas. Certidão positiva com efeito de negativa.
11. Impostos federais. Impostos de importação e de exportação. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Imposto sobre produtos industrializados. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro. Imposto sobre títulos e valores mobiliários. Imposto sobre a propriedade territorial rural. Impostos extraordinários.
12. Taxas federais. Contribuições de melhoria. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Empréstimo compulsório. Natureza jurídica das custas e emolumentos. Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores de créditos e direitos de natureza financeira (Emenda Constitucional n. 21/99 e Lei n. 9.311/96 alterada pela Lei n. 9.539/1997).
13. Distribuição das receitas tributárias. Imposto sobre a propriedade territorial rural e sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
14. Direito processual tributário. Execução da dívida ativa (Lei n. 6.830/80). Ação de repetição de indébito. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica e tributária. Ação declaratória de inexigibilidade de crédito fiscal. Ação anulatória de débito fiscal. Ações coletivas no campo tributário. Ação civil pública. Ação popular. Código de Defesa

do Consumidor e as relações tributárias. Ação de consignação em pagamento. Ações cautelares no campo tributário. Liminares cautelares e tutela antecipada no campo tributário. Controle difuso da constitucionalidade da lei tributária. Inflações civis e penais da lei tributária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A Administração Pública como organização na estrutura governamental e como função estatal. Função administrativa material, subjetiva e formalmente considerada. Diferenças para com a legislação e a jurisdição. Poder normativo e poder decisório da Administração Pública. Serviços públicos, poder de polícia, intervenção no domínio social.
2. Fontes do Direito Administrativo. O regulamento. Hierarquia normativa. A norma jurídico-administrativa. Vigência. Eficácia. Interpretação. Execução. Aplicação.
3. A Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. A Para administração. Os colaboradores da Administração Pública.
4. Fato e ato administrativo. Conceito. Espécies. O suporte fático administrativo. Elementos. Existência. Validade. Eficácia. Nulidade, anulabilidade e irregularidade. Legitimidade. Aproveitamento e convalidação. Poder vinculado e discricionário. Revogação.
5. Licitação. Princípios. Espécies. Procedimento. Anulação e revogação. Contratos administrativos. Conteúdo, formalização, execução. Concessão e permissão. Extinção dos contratos.
6. Os bens do Direito Administrativo. Bens públicos. Conceito. Regime jurídico. Espécies. Patrimônio nacional. Patrimônio cultural. Patrimônio turístico. Domínio público comum e social. Meio ambiente. Direito Urbanístico. Limitações, restrições e ingerências em relação à propriedade. Desapropriação. Requisição. Ocupação.
7. Servidores públicos. Regime jurídico. Estatuto. Cargos em comissão e funções de confiança. Contrato administrativo de trabalho. Direitos, deveres, responsabilidades.
8. O ilícito administrativo. Direito Administrativo Punitivo. Sanção administrativa. Responsabilidade civil do Estado.
9. A situação jurídica do administrado. Direitos subjetivos e interesses simples e legítimos. Garantias e instrumentos de defesa.
10. Direito Administrativo Processual. Processos e procedimentos administrativos. Espécies. Princípio de defesa. Pedido de reconsideração. Recursos. Revisão.

DIREITO COMERCIAL

1. Comerciantes e atos de comércio. Conceito, elementos e atributos da empresa.
2. Contratos e Obrigações comerciais. Contratos bancários.
3. Sociedades comerciais. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Sociedade anônima.
4. Títulos de Crédito. Aceite, endosso, aval e protesto. Títulos representativos de mercadorias : conhecimento de transporte, conhecimento de depósito, *warrant* e cédula de produto rural.
5. Embarcação e aeronave. Aquisição, perda e registro de propriedade. Registro de ônus reais. Responsabilidade do armador, no direito marítimo, e do explorador, no direito aeronáutico. Abalroação marítima e aeronáutica. Avarias. Protesto marítimo. Tribunal marítimo.
6. Propriedade Industrial . invenção, modelo de utilidade e marca. Proteção legal. Lei n.º 9.279/96. A Convenção de União de Paris (Decreto Legislativo n.º 78, de 24 de outubro de 1974, e Decreto n.º 75.572, de 08 de abril de 1975)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Seguridade e Previdência Social. A Previdência Social no Brasil. Regime Geral.
2. Segurados e dependentes. Prestações . Custeio. Contribuições.
3. Assistência Social
4. Regimes Especiais de Previdência Social. Benefícios dos ex-combatentes e dos ferroviários. Servidores públicos em regime especial.
5. Previdência Social Rural. Previdência Social Privada. Prescrição e decadência.

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n. 4.657/42): arts. 1º a 6º, 9º, 12 a 14. Fins sociais da lei e exigências do bem comum (art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil). Interpretação e integração das leis. Ordenamento jurídico material. Direito e moral. Direito público e privado. Direitos absolutos e relativos. Norma jurídica. Relação jurídica material. Fontes do direito. Classificação das leis pela sua natureza. Vigência, eficácia, hierarquia e revogação das leis. Conflito de leis no tempo. Direito objetivo e subjetivo. Faculdade jurídica. Interesse legítimo. Direitos individuais e coletivos. Direito adquirido e expectativa de direito. Pretensão material.
2. Pessoa física. Personalidade. Direitos da personalidade. Capacidade. Espécies de capacidade. Estado das pessoas. Incapacidade. Ações de estado. Proteção aos incapazes. Opção de nacionalidade. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica. Classificação das pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas públicas. Grupos não personificados ou despersonalizados. Despersonalização das pessoas jurídicas. Domicílio. Bens. Classificação. Bens públicos. Bem de família e a Lei n. 8.009/90. Família, conceito e alcance.
3. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Aquisição, conservação, transferência, modificação e perda dos direitos. Ato jurídico. Conceito e classificação. Defeitos dos atos jurídicos. Modalidades dos atos jurídicos. Poder potestativo. Forma dos atos jurídicos e sua prova. Nulidades dos atos jurídicos. Negócio jurídico. Conceito e classificação. Elementos e forma. Ato ilícito, conceito. Conseqüências dos atos ilícitos. Ilícito contratual (relativo) e extracontratual (absoluto). Ilícito penal, civil e administrativo. Prescrição e decadência. Prescrição da ação e prescrição do direito material. Prescrição aquisitiva e extintiva. Prescrição contra a Fazenda Pública (Decreto n. 20.910/32 e Decreto-lei n. 4.597/42).
4. Direito das coisas. Posse. Conceito e classificação. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Proteção possessória (ações possessórias). Propriedade. Conceito e classificação. Propriedade imóvel. Modos de aquisição e perda. Usucapião. Limitações da propriedade. Desapropriação. Parcelamento do solo urbano. Uso nocivo da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias: enfiteuse, servidão, penhor e hipoteca. Propriedade industrial. Marcas e patentes.
5. Direito das obrigações. Obrigações. Conceito. Modalidades de obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações solidárias. Efeitos das obrigações. Extinção das obrigações. Modalidades de pagamento. Novação, compensação e transação. Inexecução das obrigações. Prisão civil. Obrigações decorrentes de atos ilícitos. Perdas e danos. Mora. Purga da mora. Juros e modalidades. Dívidas de valor e dívida de dinheiro. Correção monetária. Cessão de crédito. Pagamentos a cargo da Fazenda Pública. Precatórios. Liquidação das obrigações.
6. Contratos. Disposições gerais. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais. Sinal ou arras nos contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Espécies de contratos. Compra e venda. Contrato preliminar. Cláusula penal. Mútuo. Comodato. Termo de ocupação (imóvel funcional). Depósito. Mandato. Contrato de adesão. Alienação fiduciária em garantia. Contrato de seguro. Jogo e aposta. Fiança.

Locação de imóveis. Resolução dos contratos. Distrato. Títulos ao portador. Sistema Financeiro da Habitação. Preferências e privilégios no concurso de credores.

7. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público. Responsabilidade das pessoas jurídicas públicas com personalidade de direito privado. Teorias sobre a responsabilidade civil do Estado. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Direito de regresso. Solidariedade na ação de indenização. Dano material, dano estético e dano moral. Dano moral das pessoas jurídicas. Dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, histórico e paisagístico. Efeitos da sentença penal no juízo cível. Exclusão de responsabilidade civil. Abuso de direito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Jurisdição e competência. Princípios fundamentais da jurisdição. Divisões da jurisdição. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. Jurisdição constitucional das liberdades. Classificação da competência. Competência internacional e competência interna. Modificações da competência. Conexão de causas. Prevenção. Perpetuação da jurisdição. Declaração de incompetência. Exceção de incompetência. Conflito de competência.
2. Ação. Conceito e classificação. Condições e elementos da ação. Questões sobre o exercício da ação. Classificação das ações. Espécies de ações. Concurso e cumulação de ações.
3. Sujeitos processuais. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Ativismo judicial. Partes e procuradores. Capacidade processual. Litigância de má-fé. Responsabilidade por dano processual e multa processual. Honorários advocatícios. Sucessão e substituição das partes. Substituição dos procuradores. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
4. Ministério Público e Auxiliares da Justiça. Funções do Ministério Público. Intervenção obrigatória e facultativa do Ministério Público. Falta de intervenção do Ministério Público: conseqüências. Auxiliares da Justiça. Escrivão ou chefe de secretaria. Oficial de justiça. Perito. Impedimento e suspeição. Órgãos do foro extrajudicial.
5. Norma processual e norma substancial. Interpretação e integração da norma processual. Fatos, atos e negócios jurídicos processuais. Forma dos atos processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Perfeição e eficácia dos atos processuais. Comunicações dos atos processuais. Nulidades. Aproveitamento dos atos processuais. Valor da causa. Incidente de impugnação ao valor da causa.
6. Processo e procedimento. Princípios processuais. Instrumentalidade, efetividade e utilidade. Princípios procedimentais. Conversão de ritos. Procedimento comum e procedimentos especiais. Formação, suspensão e extinção do processo. Pressupostos processuais.
7. Procedimento sumário. Petição inicial. Resposta do réu. Contestação, exceções e pedido contraposto. Revelia. Audiência de conciliação, instrução e julgamento.
8. Procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do réu. Contestação, exceção e reconvenção. Reconvenção e ação dúplice. Revelia. Exceções processuais e exceções substanciais (ou preliminares de mérito). Questões preliminares e questões prejudiciais. Providências preliminares. Declaração incidente (ação declaratória incidental). Audiência de conciliação, instrução e julgamento.
9. Antecipação dos efeitos da tutela. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer. Tutela antecipada e tutela cautelar: contatos e divergências. Limitações e proibições na concessão de provimentos liminares. Elementos conaturais (ou componentes essenciais) do sistema de tutela jurídica (art. 5º, XXXV, CF). Antecipação dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial (tutela antecipada *antes* da sentença) e antecipação dos efeitos da sentença (tutela antecipada *na* sentença).

- Tutela antecipada no Tribunal. Forma de efetivação dos provimentos liminares, cautelares e antecipatórios. Eficácia da liminar e improcedência da demanda.
10. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado da lide. Saneamento do processo. Saneamento escrito e saneamento oral nos processos da competência da Justiça Federal.
 11. Instrução do processo. Provas. Disposições gerais. Ônus probatório. Modalidades de prova. Produção da prova. Diligências probatórias: art. 130 do CPC. Força probante dos documentos. Admissibilidade e valor da prova testemunhal. Prova de fato negativo.
 12. Sentença. Requisitos formais da sentença. Efeitos da sentença. Função da sentença. Classificação das sentenças. Sentenças determinativas. Sentença líquida e ilíquida. Sentenças *extra, citra e ultra petita*. Fato e direito supervenientes. Efeitos principais e efeitos secundários da sentença. Embargos de declaração.
 13. Coisa julgada. Coisa julgada formal e coisa julgada material. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Coisa julgada e preclusão. Coisa julgada e questões prejudiciais. Ação declaratória incidental. Efeitos da sentença penal na esfera cível. Efeitos da sentença cível na esfera penal.
 14. Recurso. Conceito. Pressupostos recursais. Sucumbência. Tipologia recursal: apelação, agravos, embargos de declaração e embargos infringentes. Embargos infringentes na execução fiscal. Remessa *ex officio*. Proibição da "*reformatio in pejus*". Juízo de retratação na esfera recursal. Mandado de segurança como sucedâneo recursal.
 15. Liquidação de sentença. Modalidades de Liquidação: a) por cálculo do credor; b) por cálculo do contador; c) por arbitramento; d) por artigos. Liquidação pelo credor e liquidação pelo devedor. Procedimento na liquidação nas suas diversas modalidades. Correção monetária na liquidação da sentença. Atualização de cálculos: procedimento.
 16. Execução em geral. Partes na execução. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Título executivo judicial e título executivo extrajudicial. Execução provisória da sentença. Responsabilidade patrimonial. Disposições gerais na execução. Má-fé processual na execução.
 17. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Penhora de títulos da dívida pública. Impenhorabilidade do bem de família. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Execução de sentença de natureza alimentar. Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal. Execução de sentença mandamental.
 18. Embargos do devedor. Embargos à execução fundada em sentença. Embargos à execução fundada em título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação. Embargos na execução por carta. Embargos à penhora. Embargos do credor. Embargos na ação monitória. Embargos de terceiro.
 19. Processo cautelar. Competência. Condições da ação cautelar. Mérito no processo cautelar. Petição inicial. Medida cautelar *inaudita altera parte*. Medida cautelar *ex officio*. Justificação prévia. Defesa no processo cautelar. Revelia. Medida cautelar substitutiva. Medida cautelar satisfativa. Eficácia das medidas cautelares. Má-fé e perdas e danos no processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos ou nominados. Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de prova. Justificação judicial. Medidas cautelares inominadas. Responsabilidade pela execução da medida cautelar.
 20. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ações possessórias. Ação de usucapião de terras particulares. Ação de usucapião especial. Habilitação incidente. Ação monitória.
 21. Ações coletivas. Legitimação e interesse de agir nas ações coletivas. Litisconsórcio nas ações coletivas. Execução de sentença coletiva. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. *Habeas data*. Controle difuso da constitucionalidade

das leis. Ação rescisória. Ação declaratória de nulidade (*querella nullitatis*). Ação dúplice. Código de Defesa do Consumidor. Juizados Especiais Federais. Ação de desapropriação. Ações inibitórias.

DIREITO PENAL

1. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Imunidades diplomáticas, parlamentares e "judiciária".
2. A teoria do crime. Ação, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Condições de punibilidade. Causas de justificação e de exculpação. Erro.
3. Fases de realização do crime: tentativa, consumação, exaurimento. Crime impossível. Concurso de crimes. Crime continuado. Concurso aparente de normas. Aberratio ictus e aberratio delicti.
4. Concurso de pessoas. Participação dolosamente distinta. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Participação nas diversas espécies de crimes.
5. As penas: fundamento e finalidades. Cominação, aplicação e execução. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Medidas de segurança. Suspensão condicional da pena e livramento condicional.
6. Efeitos da condenação. Efeitos civis da sentença penal. Extinção da punibilidade: Causas. Prescrição. Perdão Judicial.
7. Crimes contra a pessoa.
8. Crimes contra o patrimônio.
9. Crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça. Crimes contra a organização do trabalho e decorrentes de greve.
10. Crimes contra a incolumidade, a paz e a fé públicas.
11. Crime de tortura. Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Crimes contra os portadores de deficiência. Crimes de responsabilidade.
12. Crimes contra o meio ambiente, a flora e a fauna. Crimes contra os índios. Genocídio.
13. Crimes contra o sistema financeiro, a ordem econômica e as relações de consumo. Crimes contra a previdência social e a ordem tributária.
14. Crimes de tóxicos. Crimes políticos. Abuso de autoridade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Constituição e processo penal. Repartição constitucional de competência. Garantias constitucionais do processo. Aplicação da lei processual penal.
2. Inquérito policial. Ação penal pública. Ação penal privada. Ação civil. Ação penal originária.
3. Jurisdição e competência. Questões prejudiciais. Exceções. Conflito de competência.
4. Medidas assecuratórias. Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado. Restituição das coisas apreendidas. Perdimento.
5. Prova. Sujeitos da relação processual. Juiz. Ministério Público. Acusado e seu defensor. Assistente. Auxiliares do Juízo.
6. Prisão e liberdade provisória. Atos processuais: forma, lugar, prazo. Citações e intimações. Revelia.
7. Nulidades. Sentença. Fixação da pena.
8. Recursos. Habeas corpus. e Mandado de segurança em matéria penal. Revisão Criminal.
9. Procedimento comum ou ordinário. Procedimento sumário. Lei 9.099/95.
10. Procedimento especiais. Do júri popular.
11. Relações Jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cartas rogatórias. Homologação de sentença estrangeira. Extradicação. Expulsão. Deportação.
12. Execução penal. Incidentes da execução. Remição. Anistia. Graça. Indulto. Reabilitação.

COMISSÃO EXAMINADORA:

I. Membros Efetivos:

- a) Presidente - Desembargador Federal PAULO FREITAS BARATA;
- b) Desembargador Federal JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM;
- c) Desembargador Federal NEY MOREIRA DA FONSECA ;
- d) Professor MANOEL CARPENA AMORIM, da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- e) Dr. LUÍS ROBERTO BARROSO, Advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

II. Membros Suplentes:

- a) Desembargador Federal FREDERICO JOSÉ LEITE GUEIROS;
- b) Desembargador Federal ANDRÉ KOZLOWSKI ;
- c) Desembargador Federal ANDRÉ RICARDO CRUZ FONTES ;
- d) Professor ALEXANDRE ALVES ASSUMPÇÃO, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- e) Dr. CAIO MACHADO, Advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.